A CONCORDÂNCIA NOMINAL COMO UM FATOR DETERMINANTE PARA A OCORRÊNCIA DA CONCORDÂNCIA VERBAL

Natália Cristina de OLIVEIRA – UNESP-FCLAR

0. Introdução

O caráter social dos fatos lingüísticos e a percepção da variabilidade na qual a língua está submetida são pontos essenciais no que tange à reflexão sobre a natureza da linguagem humana. Deste modo, língua, sociedade e sujeito são realidades que se relacionam, a existência de uma está diretamente relacionada com a existência das outras. Reconhecer e estudar a variação lingüística como um fenômeno presente em todas as línguas naturais, incluindo o português brasileiro, é um dos primeiros passos para contribuirmos com a descrição do português falado.

Nos anos 60, novos movimentos teóricos inseriam o funcionamento social como parte do funcionamento lingüístico, abalando os alicerces do estruturalismo. Várias abordagens lingüísticas começaram então a relacionar o corpo da língua com seu exterior, a lingüística com o social.

Uma das principais idéias da sociolingüística é a de que a língua possibilita, em vários contextos estruturais ou lexicais, a escolha de uma forma lingüística ao invés de outra. Resultando em inúmeros lugares para o processo de variação, o que não significa que a língua seja assistemática, pois, como atestam vários autores sociolinguistas, até mesmo na variação encontramos sistematicidade lingüística.

A heterogeneidade lingüística é em si uma fonte constante de mudança. As mudanças são fatos da estrutura lingüística e devem ser explicadas pela lógica do sistema funcional. São, portanto, explicadas segundo sua funcionalidade e segundo a motivação que as realizou. Por exemplo, sabemos que, em português brasileiro, o verbo deveria concordar em número e pessoa com seu sujeito, venha ele implícito ou explícito. No entanto, no português brasileiro falado, a concordância entre verbo e sujeito é um fenômeno variável, como já mostraram vários autores, entre eles Anjos (1999), Cardoso (2005), Monguilhot (2001), Scherre (1998), Scherre & Naro (1991 e 1993), entre outros autores que também se propuseram a estudar tal fenômeno variável.

Neste trabalho, procuramos investigar o papel desempenhado por fatores linguísticos e sociais na aplicação da regra do paralelismo clausal. Acreditamos que o paralelismo clausal seja uma área particular da gramática intimamente entrelaçada com os domínios social e cultural. Para tanto, consideramos os casos em que a articulação verbo/sujeito manifesta-se nos elementos de flexão número-pessoal do verbo da oração. Assim sendo, não se incluem, nas ocorrências selecionadas, os predicativos do sujeito; SNs compostos por somente um constituinte; alguns verbos no presente do indicativo, cujas formas do singular e do plural são homófonas, como: *tem/têm; vem/vêm; contém/contêm*; casos em que a regra de concordância verbal é optativa, segundo os próprios manuais de gramática normativa, como é o caso de sujeito representado por expressões do tipo *a maioria de, a maior parte de, grande parte de, parte de* mais um nome substantivo no plural. O *corpus* objeto de análise estabelecido é constituído por orações com SNs compostos por, no mínimo, dois constituintes.

1. Sobre a constituição do corpus da pesquisa

Antes de analisar os dados lingüísticos dos informantes selecionados, como integrante da equipe técnica responsável pela coleta das entrevistas que compõem o banco de dados IBORUNA, do qual procedem as amostras de fala que nos servirão de corpus, cabe-nos mencionar alguns procedimentos metodológicos seguidos na sua composição (cf. GONÇALVES, 2005).

O banco de dados IBORUNA envolve as cidades de São José do Rio Preto, Bady Bassit, Mirassol, Guapiaçu, Onda Verde, Cedral e Ipiguá.

Os informantes foram definidos pelo cruzamento de quatro variáveis sociais, a saber: *sexo/gênero* (masculino e feminino); *faixa etária* (de 7 a 15 anos, de 16 a 25 anos, de 26 a 35 anos, de 36 a 55 anos e mais de 55 anos); *nível de escolaridade* (1º ciclo do Ensino Fundamental, 2º ciclo do

Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior) e *renda familiar* (até 5 salários mínimos, de 6 a 10 salários mínimos, de 11 a 24 salários mínimos e mais de 25 salários mínimos). Tais informantes contribuíram com cinco tipos de textos orais diferentes: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de descrição, relato de procedimento e relato de opinião. Além de residir nas cidades abrangidas pelo projeto, era necessário que o informante nela residisse, desde pelo menos os seus cinco anos de idade, ou, ainda, que houvesse nascido na cidade.

Do cruzamento das quatro variáveis sociais constituíram-se os perfis da **Amostra Censo (AC)** com 160 células, que definiram os informantes contatados. Destas 160 células, oito foram excluídas pela impossibilidade de serem preenchidas (faixa etária de *7 a 15 anos* com escolaridade *Ensino Superior*), obtivemos, então, um total de 152 informantes.

As cidades selecionadas possuem número diferente de habitantes umas das outras, o que faz com que a quantidade de informantes requerida seja proporcional a esse número.

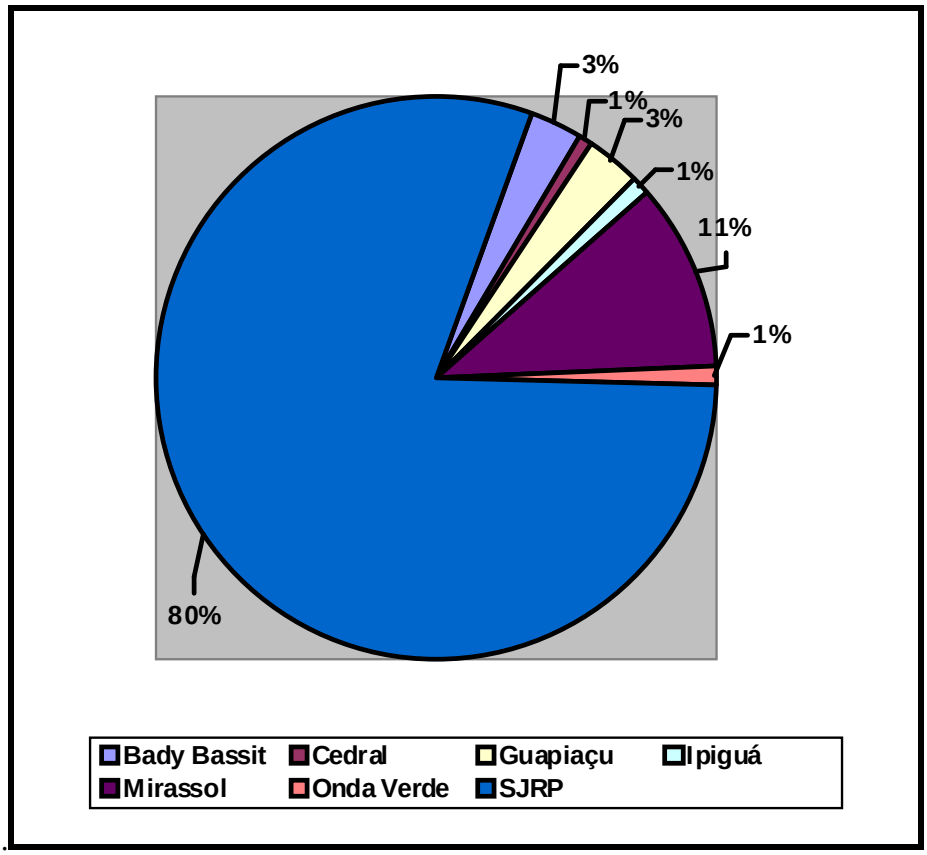

Figura 1: Distribuição da População da Região de SJRP

1.1 composição da subamostra e análise dos dados

Analisamos 16 entrevistas, a fim de verificar a influência ou não das marcas de plural do SN sujeito sob o verbo, na região de São José do Rio Preto. Foram selecionados, então, 08 homens e 08 mulheres, estratificados socialmente como mostra o quadro abaixo:

N° do Informante	Sexo/Gênero	Escolaridade	Faixa Etária	Renda Familiar
043	Masculino	Ensino Médio	16 a 25 anos	11 a 24 SM
044	Feminino	Ensino Médio	16 a 25 anos	11 a 24 SM
045	Masculino	Ensino Médio	16 a 25 anos	6 a 10 SM
046	Feminino	Ensino Médio	16 a 25 anos	6 a 10 SM
051	Masculino	Superior	16 a 25 anos	11 a 24 SM
052	Feminino	Superior	16 a 25 anos	11 a 24 SM
053	Masculino	Superior	16 a 25 anos	6 a 10 SM

054	Feminino	Superior	16 a 25 anos	6 a 10 SM
075	Masculino	Ensino Médio	26 a 35 anos	11 a 24 SM
076	Feminino	Ensino Médio	26 a 35 anos	11 a 24 SM
077	Masculino	Ensino Médio	26 a 35 anos	6 a 10 SM
078	Feminino	Ensino Médio	26 a 35 anos	6 a 10 SM
083	Masculino	Superior	26 a 35 anos	11 a 24 SM
084	Feminino	Superior	26 a 35 anos	11 a 24 SM
085	Masculino	Superior	26 a 35 anos	6 a 10 SM
086	Feminino	Superior	26 a 35 anos	6 a 10 SM

Quadro 1: Identificação social dos informantes desta subamostra

Como vários estudos atestam que a concordância aparece mais em falantes que tiveram ou têm mais contato com a escola, optamos por estudar dois níveis de escolaridade próximos (Ensino Médio e Ensino Superior) para verificarmos como a concordância ocorre em tais informantes. Excluímos a variável renda familiar acima de 25 salários mínimos, pelo fato de muitos trabalhos já terem atestado que quanto maior a classe econômica mais concordância o informante fará.

A faixa etária de 7 a 15 anos foi excluída pelo fato de termos selecionado informantes com Ensino Médio e Ensino Superior, de modo que tal célula não seria possível de ser preenchida. E a faixa etária de 36 a 55 anos também foi excluída pelo fato de, outros trabalhos já terem atestado que pessoas mais velhas são mais conservadoras, portanto concordam com alta freqüência.

Nosso intuito é analisar as variáveis sociais intermediárias, para vermos como tal fenômeno se comporta, justamente, na camada propícia à mudança e à variação lingüística.

A partir da seleção destes 16 informantes, a pesquisa será feita procedendo-se ao levantamento de todas as ocorrências, nas quais haja, pelo menos, um dos elementos do SN no plural somado a um ou mais verbos.

Além das variáveis sociais mostradas no quadro acima, também consideramos as seguintes variáveis extralingüísticas: material interveniente entre sujeito e verbo; saliência fônica do verbo; posição do sujeito com relação ao verbo e animacidade do sujeito.

Nossa variável dependente é binária, ou seja, além das variáveis acima elencadas, também trabalhamos com a variável presença *versus* ausência da marca formal de plural nos verbos.

2. O fenômeno em estudo:

2.1 categoria de número no português

A visão normativa de que a norma lingüística é um conjunto de preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser usado numa certa língua, considerando fatores lingüísticos e não-lingüísticos, como tradição e valores socioculturais, como prestígio, elegância, estética, etc., conforme traz o dicionário Houaiss (2002), respalda-se na idéia de que a língua se impõe ao indivíduo. Vista deste modo, a norma lingüística estaria imune às intervenções sociais. O uso lingüístico e a variação lingüística estariam excluídos da língua.

Considerações sobre a norma lingüística e sobre a gramática tradicional contribuem para o enriquecimento de abordagens a respeito do preconceito lingüístico. Como sabemos que a ausência da concordância nominal, bem como da verbal é algo estigmatizado pela sociedade letrada, proponho-me, falar um pouco sobre a norma lingüística.

Várias são as definições de norma lingüística, por exemplo, Celso Cunha e Lindley Cintra (1985) dizem que se trata de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, a língua da forma como os escritores portugueses e os brasileiros a utilizavam. Já Rocha Lima (1972) a define como fundamentada nas regras da Gramática Normativa, nas obras dos grandes escritores, em cuja linguagem as classes mais altas põem o seu ideal de perfeição. Segundo Evanildo Bechara (2001), a norma recomenda como devemos falar e escrever segundo os escritores e segundo os gramáticos e dicionaristas esclarecidos. Vemos que todos estes gramáticos associam língua culta com escrita literária. Desprezam completamente a língua falada. Desta forma, tudo o que não era literário, era

visto como um “erro” na língua, principalmente na língua falada. Instauraram-se assim várias dicotomias como certo x errado, bonito x feio, elegante x grosseiro, culto x ignorante.

Assim a norma lingüística vai se rotulando atrás de uma língua ideal, baseada no uso lingüístico feito pelos grandes escritores, porém a um uso que nem sempre corresponde a um conjunto real de regras que governam a atividade lingüística dos falantes reais.

De acordo com Câmara Júnior (1988), o termo “concordância” é utilizado para designar a relação das categorias gramaticais entre palavras determinantes e palavras determinadas dentro de um sintagma nominal e/ou verbal. Desta forma, na língua portuguesa, temos a concordância em gênero e número e do adjetivo com seu substantivo. Além de termos a concordância que ocorre com o sujeito nas desinências número-pessoais que o verbo recebe; daí a existência de dois tipos de concordância: a nominal (entre adjetivo e substantivo) e a verbal (entre verbo e sujeito).

Na visão lingüística de Mattoso Câmara (1973), a flexão nominal é um mecanismo simples, pois se resume na oposição binária singular x plural.

Existem, em português, regras de pluralização que são estudadas e analisadas tanto por gramáticos como por lingüistas. Tais regras, porém, prevalecem, especialmente, na língua escrita. Na língua falada, raramente o falante se vê envolvido em disputas sobre o uso dos alomorfes de plural, ou seja, se deve usar “pães” ou “pãos”. Pois muitas vezes o falante elimina a marca redundante, ou seja, a presença da marca de plural morfológico nos nomes, desta forma, o nível morfológico é simplificado e o plural é expresso com uma formação sintática, isto, é claro, se o determinante estiver presente na oração do falante. São, justamente, as marcas e/ou ausência de plural presentes na relação entre sujeito e verbo, na língua falada, que este presente trabalho se propõe a investigar.

3. O paralelismo formal nível clausal: marcas no sujeito

A nossa variável dependente é binária, pois analisamos a presença *versus* a ausência da marca formal de plural nos verbos. Queremos com isto constatar se marcas no SN sujeito levam a marcas no(s) verbo(s). Para tanto, nosso corpus é de frases que apresentam pelo menos um dos elementos do SN no plural; logo, os SNs com função predicativa, os SNs que não se relacionam a verbo algum; SNs compostos por somente um constituinte; alguns verbos no presente do indicativo, cujas formas do singular e do plural são homófonas, como: *tem/têm; vem/vêm; contém/contêm*; casos em que a regra de concordância verbal é optativa, segundo os próprios manuais de gramática normativa, como é o caso de sujeito representado por expressões do tipo *a maioria de, a maior parte de, grande parte de, parte de* mais um nome substantivo no plural não serão analisados neste trabalho; serão, portanto, desconsiderados.

Optamos por tais construções para verificarmos se o paralelismo formal acontece entre SN sujeito e verbo mesmo quando este SN apresenta uma estrutura mais complexa ou se predomina o princípio da economia, havendo, portanto, marca de plural somente no primeiro componente do SN. Scherre & Naro (1993) analisam três tipos de paralelismo formal, entre os quais se inclui o paralelismo oracional ou clausal, que trata exatamente da influência da presença ou da ausência de marcas finais do sujeito sobre a presença ou ausência de marcas do verbo.

Seguindo o princípio de que marcas levam a marcas e zeros levam a zeros, esperamos que a presença de *–s* no SN favoreça a marca plural do verbo e que um sujeito com o último constituinte com marca zero de plural se some a um verbo com marca zero de plural. Pois como atestam vários estudos sociolingüísticos, há uma forte tendência de formas gramaticais particulares ocorrerem juntas, como é o caso do plural do SN com o plural do verbo e/ou a marca zero do SN com a marca zero do verbo. Esperamos, ainda, encontrar uma freqüência alta da marca formal de plural, por se tratar da fala de informantes com alta escolaridade e com um alto nível sócio-econômico. Pois, como vários trabalhos sociolingüísticos já comprovaram, a escolaridade e a renda sócio-econômica são duas variáveis que podem favorecer ou desfavorecer a marca de plural, ou seja, a concordância entre sujeito e verbo.

Abaixo elencamos os fatores e os exemplos das variáveis utilizadas, por nós, nesta pesquisa.

3.1 Fatores e exemplos:

I – Paralelismo formal no nível clausal (marcas no sujeito):

1. Presença da forma de plural explícita (-S) no último elemento do SN não inserido em um sintagma preposicional:
a) ...é bonito as praias... são bonitas mas (inint.), AC 044, L. 164.

2. Presença da forma zero de plural no último elemento do SN não inserido em um sintagma preposicional:
b) duna... as casinha era tudo de made::(i)ra, AC 044, L. 151.

3. Presença da forma de plural explícita (-S) no último elemento do SN inserido em um sintagma preposicional:
c) ...os irmãos das minhas tias moram lá... mas aí o contato, AC 046, L. 302.

4. Presença da forma zero de plural no último elemento do SN inserido em um sintagma preposicional:
d) ...as moça do hospital limpa tudo, AC 078, L. 58.

5. Presença de numeral no último elemento do SN:
e) e as duas pegô(u) nas minhas costa aí ele me empurrô(u)... bati a testa no tanque, AC 044, L. 73-74.

II – Material interveniente entre sujeito e verbo:

1. Presença do pronome *que* relativo:
a) para que as pessoas que comprem armas, AC 045, L. 336.

2. Ausência do pronome *que* relativo:
b) Doc.: os músico é melhor? , AC 043, L. 187.

III – Saliência fônica do verbo:

1. Máxima diferenciação fonológica:
a) Doc.: os músico é melhor? , AC 043, L. 187.

2. Média diferenciação fonológica:
b) as meninas venderam tudinho..., AC 084, L. 54.

3. Mínima diferenciação fonológica:
c) ...os irmãos das minhas tias moram lá... mas aí o contato, AC 046, L. 302.

IV – Posição do sujeito com relação ao verbo:

1. Anteposto:
a) as meninas venderam tudinho..., AC 084, L. 54.

2. Posposto:
b) ...é bonito as praias... são bonitas mas (inint.), AC 044, L. 164.

V – animacidade do sujeito:

1. [+ humano]:
a) aí as pessoas vão falá(r) assim, AC 045, L. 336-337.

2. [- humano]:
b) e éh:: esses teatros… que aparece em televisão, AC 045, L. 224.

Os resultados destas variáveis lingüísticas estão na tabela a seguir:

TABELA 1: RESULTADO DA VARIÁVEL LINGÜÍSTICA: PARALELISMO FORMAL NO NÍVEL CLAUSAL
(MARCAS NO SUJEITO)

Fatores	**Quantidade de ocorrências encontradas**	**Quantidade total de ocorrências com ou sem marca formal de plural**	**Percentual de ocorrências na forma plural**
Presença de –s no último elemento não sprep	114	145	79%
Presença de zero no último elemento não sprep	31	145	21%
Presença de –s no último elemento do sprep	24	39	62%
Presença de zero no último elemento do sprep	15	39	38%
Presença de numeral no último elemento	30	40	75%
Total	168	224	75%

Na tabela abaixo, temos os resultados das variáveis sociais:

TABELA 2: RESULTADO DAS VARIÁVEIS SOCIAIS

Fatores	**Quantidade de ocorrências encontradas com marca formal de plural no sujeito e no verbo**	**Quantidade total de ocorrências**	**Percentual de ocorrências na forma plural**
Masculino	101	119	85%
Feminino	67	105	64%
16-25 anos	95	123	77%
26-35 anos	87	101	86%
Ensino Médio	92	116	79%
Ensino Superior	99	108	92%
De 6 a 10 SMs	112	129	87%
De 11 a 24 SMs	84	95	88%
Total	178	224	79%

4. Conclusões

Conforme os resultados, apresentados nas tabelas acima[1], as marcas precedentes no último elemento de um SN, quer este seja preposicionado ou não (62% e 79%), favoreceram as marcas verbais. Da mesma forma acontece quando o antecedente é um numeral, pois o verbo, na maioria das vezes, apareceu no plural (75%).

Mesmo quando havia o pronome *que*, material interveniente entre sujeito e verbo, houve uma alta porcentagem de marcação de plural no verbo (79%), mantendo, assim, a regra da concordância estabelecida pela gramática normativa. Entretanto, quando o verbo tinha como antecedente um numeral, porém entre o verbo e o SN havia o pronome *que*, o verbo apareceu, mais frequentemente, no singular (68%). Como foi somente 23, o número de ocorrências totais, onde houve o pronome *que* tendo como sujeito um numeral; ressalvamos que ainda assim o pronome relativo "*que*", entre sujeito e verbo, não inibiu a marca formal de plural do verbo (74%).

Os vínculos sintáticos entre sujeito e verbo ficam mais salientes quando o sujeito determinante antecede imediatamente o verbo determinado, candidato à concordância, o que corresponde à ordem canônica do português (sujeito – verbo); ao contrário, a categoria menos saliente é aquela em que o sujeito segue ao seu verbo. Neste segundo caso, o elemento determinante da concordância sucede ao elemento determinado, fazendo a falta de concordância menos óbvia. Nossos dados confirmaram tal afirmação, já que a conservação da regra da concordância foi mantida quando o sujeito se encontrava anteposto ao verbo (81%); já, quando o sujeito estava posposto ao verbo, a porcentagem da manutenção da concordância foi de apenas 13%.

Praticamente, a concordância não se realizou quando a diferença entre as formas de singular e de plural se restringia à nasalidade (somente 34% mantiveram a concordância), acompanhada ou não de mudança de qualidade da vogal átona final, por exemplo, *come-comem.* Dividimos a variável saliência fônica do verbo em três grupos: máxima diferenciação fonológica, média diferenciação fonológica e mínima diferenciação fonológica. A máxima diferenciação fonológica correspondeu aos verbos *é/são*; a média diferenciação aos verbos que estavam no tempo pretérito perfeito irregular como *trouxe/trouxeram* e verbos no pretérito perfeito regular, desde que o acento recaísse na vogal temática, como *falou/falaram* e a mínima diferenciação, quando a diferença entre singular/plural residisse na nasalidade, por exemplo, *fala/falam.* A média diferenciação fonológica obteve um percentual de 52% dos casos totais, mantendo a concordância padrão. Já, quando houve o verbo *ser* em questão, o percentual de manutenção da concordância foi bastante elevado, 83%. Sendo assim, podemos constatar que o uso das formas padrão depende diretamente do grau de perceptibilidade dos efeitos fonéticos que ela acarreta.

Com relação à animacidade do sujeito, o traço [+humano] favoreceu a concordância, 81%. No entanto, a diferença entre o traço [-humano] foi baixa, pois também houve um alto percentual de manutenção do plural entre sujeito/verbo, 72%.

As variáveis sociais estão, em termos de percentuais, muito próximas uma das outras. Por exemplo, embora os homens tenham feito mais concordância entre sujeito e verbo (85%), as mulheres também marcaram de modo significativo o plural (64%). A faixa etária 26-35 anos se mostrou mais conservadora com relação à marca formal de plural (86% contra 77%). Falantes com ensino superior e com uma renda sócio-econômica mais alta também marcaram mais o plural do que os falantes do ensino médio e de renda entre 6 a 10 SMs.

Temos com estes resultados a confirmação da nossa hipótese, pois como já atestaram outros trabalhos sociolingüísticos, era esperado que os informantes selecionados, por nós, com alta escolaridade, um nível sócio-econômico médio-alto e uma faixa etária intermediária (16 a 35 anos) apresentassem mais a marca formal de plural do que sua ausência (79% contra 21%, respectivamente). Fato que comprova que a escolaridade e o grupo social influenciam a nossa fala. Neste caso, o princípio da economia não foi válido, pois a marca não aparece somente no determinante ou no primeiro elemento, conforme dita tal princípio.

Scherre (1998) considera o paralelismo como uma tendência geral de formas gramaticais particulares ocorrerem juntas, criando uma harmonia discursiva formal, tornando mais coeso o discurso. Talvez isto ocorra, até mesmo, por um princípio mental associativo que associe marca formal

[1] Cabe ressaltar que não colocamos, na Tabela 1, todas as variáveis selecionadas, porém damos os valores encontrados de cada uma delas (variável material interveniente entre sujeito e verbo; saliência fônica do verbo; posição do sujeito com relação ao verbo e animacidade do sujeito).

de plural com marca formal de plural e/ou forma singular com forma singular. Comparando os resultados que outros autores sociolinguistas encontraram em suas pesquisas, podemos afirmar que há, no momento, uma sistematicidade na variação do paralelismo clausal.

Em suma, mediante os resultados exibidos acima, constatamos que há correlação entre o tipo de marca existente no sujeito e o tipo de marca existente no verbo, em outras palavras, marcas levam a marcas e zeros levam a zeros.

Referências

ANJOS, Sandra Espínola dos Anjos. Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala pessoense. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1999. Dissertação de Mestrado, inédito.

BAGNO. Marcos. *Preconceito lingüístico*: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999;

———. *A língua de Eulália*: novela sociolingüística. São Paulo: Contexto, 2001;

———. *Português ou brasileiro?* um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2004;

———. *A norma oculta*: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2005;

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*, 2001;

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna*: a sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004;

BRAGA, M. L. *A concordância de número no sintagma nominal no Triângulo Mineiro.* Rio de Janeiro: PUC, 1997. Dissertação de Mestrado, inédito;

_____ & SCHERRE, M. M. P. *A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro.* In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 1976. Rio de Janeiro: PUC, 1976, p. 464-477;

CÂMARA JR., J. M. *Problemas de lingüística descritiva*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1973;

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 1977;

_____. *Dicionário de Lingüística e Gramática*, 1988;

CARDOSO, Rodrigues Carolina. Variação na concordância verbal mo indivíduo: um confronto entre o lingüístico e o estilístico. Universidade de Brasília, 2005. Dissertação de Mestrado, inédito.

COHEN, M. *Manual para uma sociologia Del lenguaje*. Madrid: Editora Fundamentos, 1974;

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Editora Nova Fronteira, 1985;

CUNHA, C. *Gramática da Língua Portuguesa*, 1972;

DIK, C. S. *Functional Grammar*. Dorderechet-Holland/Cinnaminson. EUA: Foris Publications, 1978;

FARACO, Carlos Alberto. *Norma-padrão brasileira*: desembaraçando alguns nós. In: Bagno, Marcos (orgs.) Lingüística da norma. São Paulo: Loyola, 2002;

GALVES, C. C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I. e KATO, M. A. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo.* Campinas: Editora da Unicamp, 1993;

GILI GAYA, S. *Curso Superior de Sintaxis Española*. Editora Vox, 2000;

GONÇALVES, S. C. L. *O português falado na região de São José do Rio Preto:* constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo. Relatório Científico apresentado à FAPESP, 2005;

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985;

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.* Editora Objetiva, 2002;

LABOV, W. *Sociolinguistic Pattems*. Philadelfia: University of Pensylvania Press, 1972;

LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, 1992;

LUCCHESI, D. *Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da lingüística moderna*. Parábola, 2004;

MATTE BOM, F. *Gramática Comunicativa del Español.* EDELSA, 1995;

MONGUILHOT, Isabel de Oliveira e Silva. Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos floripolitanos. Forianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Dissertação de Mestrado, inédito.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997;

_____. *Gramática de Usos do Português*. Editora UNESP, 2000;

PAGOTTO, E. Sociolingüística. In: *Introdução às Ciências da Linguagem – Linguagem, História e Conhecimento.* J. H. Nunes e C. C. Pfeiffer (Orgs.). Campinas: Pontes, 2006, p. 49-72;

PAIVA, M. C. (org.) *Amostras de fala do português falado no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1999;
POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola?* Campinas. São Paulo: Mercado de Letras, 1999;
PRETI, Dino. *Sociolingüística*: *os níveis de fala, um estudo sociolingüístico do diálogo literário*. São Paulo: Nacional, 1974;
ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972;
SACCONI, L. A. *Nossa Gramática: Teoria*, 1991;
SCHERRE, M. M. P. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em Português.* Rio de Janeiro, PUC, 1978. Dissertação de Mestrado, inédito;
_____. Paralelismo lingüístico. In: *Revista de Estudos da Linguagem: Faculdade de Letras da UFMG*. Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 29-59, 1998;
SCHERRE & NARO. Marking in Discourse: Birds of a Feather. In: *Language Variation and Change.* v.3, p.23 - 32, 1991.
_____. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. In: *Revista de Documentação em Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada.* v. 9, n. 1, p. 1-14, 1993;
WEINREICH, U., W. LABOV & M. HERZOG (1968) *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.